



## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

## ATA DE REUNIÃO

**REGISTRO DE REUNIÃO  
COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES - CGRC**

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de 2020, às 11 horas, nas dependências da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), no SBN, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, na sala de reunião do 20º andar, em Brasília (DF), sob a presidência do Sr. **Nelson Vieira Fraga Filho**, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro – Oeste - Sudeco, realizou-se a **8ª Reunião do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade**, secretariada pela servidora **Camila Girão de Moraes Barcelos** e pela colaboradora **Brunna Polyanna Erasmo da Silva Ramos**. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Sr. **Raimundo Nonato Araújo Almeida**, Diretor de Administração (DA); Sr. **João Balestra do Carmo Filho**, Diretor de Planejamento e Avaliação (DPA); e o Sr. **Renato dos Santos Lima**, Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF). Participaram da reunião, também, o servidores: Sra. **Franciane Soares do Nascimento**, Sr. **Rodrigo Ferreira de Sousa**, Sr. **Thiago Correia Borges**, Sr. **Carlos André do Carmo Silveira**, Sr. **Michel Alexandre Turco**, Sr. **Carlos Henrique de Araújo Filho**, Sr. **Raimundo da Costa Veloso Filho**, Sr. **Stenio Rodrigues Barboza**, Sra. **Luciana de Souza Barros**, Sr. **Willians Roberto S. Valderramos**, e Sra. **Thaís Brostel Daguer**. O Sr. **Nelson Vieira** cumprimentou os presentes, agradeceu a presença de todos, relembrou que na 74ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada os resultados do Grupo de Trabalho foram apresentados, e antes de submeter para aprovação da Colegiada quais riscos deverão ser tratados, os membros deste Comitê precisam defini-los. Agradeceu à Sra. **Camila Barcelos** pelo mapeamento realizado entre os setores da Autarquia e informou, ainda, que a mesma apresentaria uma planilha contendo os dados unificados com as sugestões apresentadas. Aliás, mencionou que houve muita semelhança entre as sugestões apresentadas pelas áreas, e, notoriamente, sendo uma visão institucional coerente na mesma perspectiva a ser lograda. A Sra. **Camila Barcelos** cumprimentou a todos e informou que a planilha de dados foi um compilado dos eventos de riscos que as Diretorias encaminharam com as respectivas sugestões de tratamento. Relatou, ainda, que o Gabinete selecionou os riscos do cenário crítico, ou seja, aqueles em que o risco inerente possui pontuação entre 13 e 20, e que as demais Diretorias também encaminharam suas sugestões nesse sentido. Destacou, porém, que a DA encaminhou três riscos fora desse cenário, sendo dois de nível alto, e um de nível médio, e nessa reunião seria necessário que os membros definissem o apetite a risco da Autarquia, e se tratarão os riscos do cenário crítico, alto, ou moderado. Em seguida, iniciou a leitura do evento de risco **restrição orçamentária**, referente ao objetivo estratégico ampliar orçamento, que possui risco inerente de pontuação 20. Informou que os controles existentes desse risco são: controle das despesas com vistas a readequações orçamentárias; atuação dos gestores buscando recursos junto ao Ministério, e as sugestões de tratamento propostas pela DA foram: implantar assessoria parlamentar para tratar de assuntos das emendas parlamentares; readequar os valores contratos aos realmente utilizados e pagos; tratativas junto ao MDR para aumento do Plano de Ação da SUDECO, por meio de justificativas dos projetos a serem contemplados; planejamento das despesas com eventos da SUDECO, minimizando o risco de erros e eficiência nos gastos; e agilidade na formalização e assinaturas dos processos de pagamento que incorrem em juros e multas. Procedeu com a leitura do próximo evento de risco, **redução dos recursos disponíveis para o FDCO**, que possui risco inerente de pontuação 20, e informou que os controles existentes desse risco são: atuação dos gestores buscando recursos junto aos Poderes Executivo e Legislativo; e atribuição regimental de assessoria parlamentar. A DPA sugeriu mais dois controles: implantar a assessoria parlamentar; e tratativas junto ao MDR. O próximo evento de risco seria a **descontinuidade do planejamento estratégico**, referente ao objetivo estratégico fortalecer a gestão estratégica, que atualmente não possui controle. Foi sugerido pelo Gabinete: definir núcleo na DPA com os responsáveis pelo acompanhamento do processo, os quais deverão monitorar o cumprimento deste instrumento, já a DIPGF

propôs: instituir área de monitoramento/ponto focal do planejamento estratégico; e avaliação trimestral da implementação do planejamento estratégico. O Sr. **Nelson Vieira** mencionou que a ENAP fez um trabalho na Autarquia em 2018 sobre planejamento estratégico, com algumas orientações e matrizes para serem implementadas, e um dos questionamentos que têm sido realizados é justamente a falta de implementação do planejamento estratégico. O Sr. **Stenio Barboza** retificou que na sugestões apresentadas pela DIPGF deveria estar descrito "avaliações quadrimestrais", e que a planilha encaminhada não passou por uma revisão prévia. O Sr. **João Balestra** observou que a DPA já está realizando o acompanhamento dos assuntos do planejamento estratégico, e, aproveitando a ocasião, reforçou que dia 31 de janeiro é o prazo limite para que as Diretorias informem os resultados dos indicadores de 2019, pois necessitam dessas informações para darem seguimento à demanda. O Sr. **Nelson Vieira** agradeceu a manifestação, frisou que a DPA possui uma área de monitoramento atuante, e reforçou que a proposta de avaliação trimestral da DIPGF seria atualizada para avaliação quadrimestral. Em continuidade, a Sra. **Camila Barcelos** relatou o próximo evento de risco, **ausência de mapeamento e organização dos processos de trabalho**, referente ao objetivo estratégico mapear e organizar processos de trabalho, que possui risco inerente de pontuação 16, e atualmente não existem controles. Assim, a sugestão de controles propostos pelo Gabinete foram: elaboração de plano de mapeamento de processos com o apoio de consultoria especializada e a participação de todas as diretorias, e a sugestão da DIPGF foi: implementar revisão periódica do mapeamento e organização dos processos de trabalho. O Sr. **Nelson Vieira** endossou que sem o mapeamento de processo não conseguiremos implementar plenamente o planejamento estratégico, e, devido a essa fragilidade, o gabinete já está verificando formas de viabilizar o mapeamento de processos, e conseqüentemente a melhoria da gestão. O Sr. **Rodrigo Ferreira** sugeriu que cada área inicie uma trilha de aprendizagem para padronizar o tratamento dos processos realizados nos setores, melhorando os serviços prestados e, conseqüentemente, contribuindo para o treinamento de futuros colaboradores. A Sra. **Camila Barcelos** apresentou o próximo evento de risco, **fragilidade na segurança dos dados das contratações**, e destacou que esse risco foi proposto pela DA, e encontra-se no cenário de corte alto. Complementou que atualmente o controle existente é: capacitação de servidores; e supervisão minuciosa das chefias e coordenações imediatas, e foi proposto pela DA a inclusão de: implementar ferramenta de gestão e fiscalização dos contratos, eliminando os problemas relacionados às rotinas de trabalho, possibilitando um controle integral das contratações celebradas; e elaborar o manual de compras e contratações. Informou que o evento seguinte, **corrupção no processo licitatório** encontra-se no cenário de corte moderado, e atualmente possui os seguintes controles: capacitação de servidores; supervisão minuciosa das chefias e coordenações imediatas; e atuação das comissões de análise de conduta dos servidores (Auditoria e NAD). O Sr. **Nelson Vieira** comentou ser interessante realizar um acompanhamento mais atento aos riscos elencados, porém não acredita ser interessante considerar esses dois últimos riscos, pois o nível não é crítico. A Sra. **Camila Barcelos** explicou que é preciso definir o apetite a risco da Sudeco, e se for inserido determinado risco de nível médio, os outros riscos elencados como médios também seriam incluídos, dessa maneira a Sudeco deveria tratar 44 riscos, caso definam o apetite a risco como alto, seriam tratados 39 riscos, já no nível crítico devem ser tratados somente 18 riscos. O Sr. **Nelson Vieira** solicitou que a DA avalie se o item é um risco crítico, ou se pode ser controlado. Em resposta, o Sr. **Michel Turco** afirmou que o item está classificado corretamente, assim como o item: **corrupção em processo licitatório**. O Sr. **Nelson Vieira** expressou que a equipe responsável pela elaboração deste trabalho levou em consideração os itens críticos, e como nosso processo licitatório, apesar de não ser mapeado, é pequeno e de fácil gestão pela equipe técnica, que é eficiente, não se verificou nenhuma incongruência. Reafirmou que as manifestações discutidas ainda serão encaminhadas à Colegiada e que esses dois eventos poderiam ser excluídos do apetite a risco, porém isso não impede que continuem sendo tratados. Logo em seguida colocou em votação a exclusão dos dois eventos, a saber: **fragilidade na segurança dos dados das contratações** e **corrupção no processo licitatório**. Aprovado por unanimidade. A Sra. **Camila Barcelos** externou que o próximo evento de risco do objetivo mapear e organizar processos de trabalho seria: **demora na análise de prestação de contas**, que possui risco inerente de pontuação 20, e atualmente os controles existentes são: planejamento e estabelecimento de metas; divisão de tarefas; adesão à análise preditiva; articulação com a auditoria; cobrança dos órgãos de controle interno e externo; e capacitação dos servidores. Informou que as propostas sugeridas pela DA foram: implementar sistema de controle dos processos analisados e em análise de prestação de contas (software); emprego da análise preditiva dos convênios; atualização e capacitação dos servidores na área de atuação; e reestruturação de cargos compatíveis com as atribuições; e acessibilidade na web quanto as páginas eletrônicas utilizadas no trabalho, já as sugestões da DPA foram: mapear os processos; identificar os gargalos e atuar para a redução; e realizar o monitoramento dos processos desde o início. Em seguida, procedeu com a leitura do próximo evento de risco, **clima**

**organizacional não favorável**, referente ao objetivo estratégico motivar e qualificar o corpo técnico, que possui risco inerente de pontuação 16, e tem como controles existentes: atuação de órgãos de controle e denúncia: comissão de ética, Auditoria, NAD, Ouvidoria, etc; eventos de conscientização, motivação e confraternização; capacitação em desenvolvimento pessoal; difusão de comunicados por e-mail; e pesquisa de clima organizacional. O controle sugerido pela DIPGF foi manter a atividade de ginástica laboral. O próximo risco lido foi **ingerência externa ou interna na prestação de contas**, que possui risco inerente de pontuação 16, e atualmente não existem controles. Foi sugerido pelo Gabinete: não permitir o acesso de pessoas de fora da autarquia no setor de prestação de contas sem prévia agenda; e prever no futuro plano de mapeamento de processos a previsão desse tipo de ingerência elencando formas de evitá-la, a DA sugeriu: a atualização do regimento interno quanto as atribuições das áreas; e mapeamento de processos evitando conflito de competência e ganho de eficiência no trabalho executado, já a DIPGF sugeriu: realização de treinamento periódico dos colaboradores sobre o tema; e controle de acesso às áreas. O Sr. **Renato dos Santos** informou que, em relação ao controle de acesso às áreas, os técnicos foram orientados a não receber assessores parlamentares e encaminhá-los aos Coordenadores-Gerais. O Sr. **João Balestra** ressaltou que essa medida é excelente, pois não atrapalha a equipe técnica, e caso necessário o técnico pode acompanhar o coordenador em alguma demanda. O Sr. **Renato dos Santos** complementou que, para esse tipo de atendimento, a área de Logística está modificando o posicionamento da sala de reunião do 18º andar, e essa mudança trará uma comodidade às Diretorias em suas tratativas com o público externo. A Sra. **Camila Barcelos** relatou o próximo evento de risco, **escassez de instrumentos ou programas de incentivo financeiro**, que possui risco inerente de pontuação 20, e atualmente sem controle existente. A sugestão do Gabinete foi: ações da CRH/DA em conjunto com o GAB para melhorar a QVT, com a promoção de atividades e premiações, a DPA sugeriu: readequar o regimento interno; instituir plano de cargos e salários; redistribuição dos cargos da Sudeco; e alocação de GSISTE na autarquia, já a DIPGF sugeriu: implementar plano de cargos e salários conjuntamente com a Sudam e Sudene; e alocação de GSISTE no órgão. O Sr. **Rodrigo Sousa** comentou que os itens mencionados não estão necessariamente ao alcance do RH, pois dependem de fatores externos, e lembrou que essas manifestações enfatizam os aspectos da pesquisa de clima organizacional. O Sr. **Nelson Vieira** afirmou que todas essas ações estão sendo discutidas com as Diretorias e com o RH, para organizar as prioridades e implementá-las. A Sra. **Camila Barcelos** procedeu com a leitura do próximo item, **evasão de servidores**, que possui risco inerente de pontuação 20, e que possui como controle a Portaria nº 259, que estabelece critérios e procedimentos para cessão de servidores para o exercício de cargo em comissão, função de confiança, função comissionada do poder executivo ou gratificações do sistema estruturante da Administração Pública Federal, e mencionou que essa portaria respalda a Superintendência quanto a cessão de servidores, pois atualmente a Autarquia encontra-se com o quadro servidores reduzido. Complementou que a sugestão da DPA foi: instituir Plano de Cargos e salários; e alocação de GSISTE na autarquia, já a DIPGF sugeriu: promover melhorias para a boa convivência no ambiente de trabalho; aplicar a Portaria 259 quando da cessão de servidores; alocação de GSISTE no órgão; e implementação de teletrabalho ou trabalho semi-presencial. O Sr. **Nelson Vieira** destacou que a informação advinda do MDR foi que caso o plano de carreira não implique em aumento de custos, não haverá problema para implantá-lo, entretanto, manifestou que não é possível elaborar esse tipo de ação sem uma melhoria de salário, já a questão da GSISTE está sendo revista, pois o próprio governo editou um instrumento pedindo para que todas as autarquias que têm GSISTE desviadas ou que não estão sendo utilizadas, sejam informadas ou serão canceladas. Esse cancelamento deve vir, talvez, como processo de redistribuição, e, como temos demanda, devemos avançar para recuperar aquelas que, porventura, não nos foram dadas como de direito. Frisou ainda que, esse processo de reestruturação está sendo trabalhando juntamente com a DA. O Sr. **Rodrigo Sousa** reforçou que nem todo servidor faz ou fará *jus* a GSISTE, e que todos devem ter ciência disso para que não ocorra uma frustração dos servidores. Dando prosseguimento a apresentação, a Sra. **Camila Barcelos** procedeu com a leitura do evento de risco referente ao objetivo estratégico implantar a gestão por competência, a saber: **inexistência de gestão por competência**, que possui risco inerente de pontuação 15, informando que não há controles existentes para o referido evento. Complementou que os controles propostos pelo Gabinete seriam: análise curricular de possíveis gestores; e realização de entrevistas para a designação de cargos de gestão. Já a DIPGF sugeriu: implementar critérios objetivos para a seleção de gestores; atuar na formação de servidores para que estes venham a atuar como gestores de desenvolvimento regional; e atender ao disposto no Decreto 9.727, de 15 de março de 2019. Em sequência, a Sra. **Camila Barcelos** deu continuidade a leitura do próximo evento de risco, que foi o **não atingimento dos objetivos do PDTIC**, o qual diz respeito ao objetivo estratégico ampliar investimentos em TIC. Informou que este também foi sugerido pela DA, porém, possui um risco inerente de pontuação 12, ou seja, não se encontra no nível

crítico. Complementou que esta área também propôs a reescritura deste evento, e que os controles existentes são: trabalho contínuo de conscientização da importância de projetos de TIC junto a alta administração; cumprimento de metas e prazos estabelecidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), com acompanhamento do Comitê de Governança Digital da Sudeco, e propuseram o seguinte controle, além de manter os controles existentes: realizar trabalho contínuo de conscientização em relação ao PDTIC. Com a palavra, o Sr. **Nelson Vieira** apontou que a própria descrição dos controles propostos já demonstra que o risco não é crítico, e destacou que no ano de 2019 a DA modernizou as ações de tecnologia que são realizadas, dentro das possibilidades financeiras da instituição, e contou com o apoio do gabinete nessa empreitada. Disse que não incluir esse evento de risco no cenário que será tratado é o mais aconselhável, pois entende que esse evento já possui um tratamento adequado, assim como os eventos previamente retirados. Frisou também que a definição do nível de risco a ser tratado é meta da instituição, pois esse trabalho também conta para a melhoria da gestão. O sr. **Raimundo Nonato** concordou com a retirada desse item e reforçou que os esforços da DA para melhorar os processos e as ações de TIC estão sendo frutíferos. O sr. **Michel Turco** complementou a fala do diretor, informando que tem verificado na Sudeco uma conscientização dos setores em relação ao PDTIC, e que durante as recentes reuniões do grupo de trabalho que está elaborando o novo Plano, os participantes são atuantes e dedicados, e que as demandas apresentadas são úteis para traçar as necessidades e justificar as contratações do órgão, porém, concorda com a retirada do risco. Sem mais observações, todos os membros concordaram com a retirada do evento de risco. Em seguida, a Sra. **Camila Barcelos** procedeu com a leitura do evento de risco **demora na execução dos convênios**, referente ao objetivo estratégico ampliar a promoção institucional, que possui risco inerente de pontuação 16, e informou que os controles existentes desse risco são: priorização da análise de documentação de projeto básico e/ou termo de referência, que foram apresentados completos; e encaminhamento de notificações aos convenientes cobrando a entrega de documentação pendente, e que os controles propostos pela DIPGF foram: reforçar a Sudeco itinerante, permitindo a capacitação dos municípios; e padronizar os critérios específicos para análise de termos de referência/projetos básicos. Acrescentou que essa padronização seria importante para o mapeamento dos processos. O Sr. **Nelson Vieira** questionou a DIPGF se é possível realizar as análises de projetos de forma digital, com sistema que indique o que deve ser avaliado e após o preenchimento desses dados, o próprio sistema indique se a análise está incompleta ou não, pois esse tipo de recurso agilizaria a análise, para evitar retrabalhos. A Sra. **Thaís Brostel** destacou que se a Sudeco tivesse um sistema próprio para inserir a documentação necessária, esse trâmite até seria possível, porém, como os documentos são inseridos pelos convenientes na Plataforma +BRASIL, atualmente esse controle é inviável. O sr. **Nelson Vieira** informou que estão sendo feitas pesquisas com empresas que trabalham com mapeamento de processos, e em uma dessas reuniões foi sugerido a implantação de uma inteligência artificial (robô de pesquisa), onde seria possível colher esses dados e inserir numa plataforma única. E complementou que quando a Sudeco chegar nesse patamar, um dos setores mais importantes para auxiliar nesse trabalho será a DIPGF. A Sra. **Thaís Brostel** complementou que em um dos eventos de risco indicados pela diretoria que trata de acompanhamento dos convênios, a Diretoria indicou o uso de um sistema que faça esse controle. O Sr. **Raimundo Veloso** contribuiu para o assunto informando que é necessário que o novo sistema se comunique com os já existentes, pois se for necessário alimentar essas informações manualmente, estaremos suscetíveis a erros. Dando continuidade, a Sra. **Camila Barcelos** procedeu com a leitura do evento de risco **indisponibilidade de orçamento para a realização de estudos e projetos (inclusive os decorrentes dos estudos)**, referente ao objetivo estratégico viabilizar estudos e projetos para promover o desenvolvimento regional, que possui risco inerente de pontuação 15. Disse que atualmente não existem controles para esse evento de riscos, e os controles propostos pelo Gabinete foram: elaboração de normativo que defina regras claras e objetivas; alinhamento da área técnica com a alta administração da Sudeco. Já pela DIPGF foi proposto: buscar parcerias para viabilizar a realização de estudos para o desenvolvimento regional; e atuação junto aos órgãos competentes para acesso aos recursos orçamentários e financeiros oriundos do FDCO. O próximo evento de risco elencado, ainda referente ao mesmo objetivo estratégico, foi a **falta de corpo técnico especializado**, que possui risco inerente de pontuação 16. Informou que esse evento também não possui controles existentes, e que os controles propostos pelo Gabinete foram: incentivar a capacitação a partir da gestão por competência (onde só está elegível para promoção ou gratificação quem tiver capacitação e assumir mais responsabilidades). E pela DIPGF foi proposto: promover e incentivar o treinamento contínuo dos servidores em áreas de interesse inerentes ao trabalho exercido; buscar meios para atração de servidores externos; estabelecer parcerias conjuntamente com o MDR, SUDENE e SUDAM para instituir uma especialização em desenvolvimento regional; e realização de novo concurso público. O sr. **Nelson Vieira** informou que em relação a esse item, já foi conversado com o MDR a respeito da possibilidade de proporcionar uma capacitação para os servidores da

Sudeco, e soube pelo Ipea, que em 2018 foi realizado um curso intensivo a respeito do tema. Destacou que essa proposta de capacitação irá suprir algumas deficiências da Autarquia, sendo necessário também pensar em como atrair servidores qualificados no tema para a instituição e realizar novo concurso. A Sra. **Luciana Barros** informou que algumas capacitações não são tão divulgadas, e seria interessante capacitar servidores das demais diretorias no tema. O Sr. **Nelson Vieira** tranquilizou-a e comunicou que está tentando viabilizar essa capacitação junto ao Ipea e ao MDR, para no primeiro momento realizar uma capacitação em regime de urgência aberta a todas as áreas, e posteriormente aprofundar o tema com a realização de pós-graduações presenciais e semi-presenciais para os servidores que tenham interesse em agregar conhecimento. Informou que essa qualificação visa criar um banco de talentos dentro da casa para aqueles servidores que desejem migrar de setor, de acordo com suas aptidões, e em forma de permuta entre as áreas. O Sr. **Raimundo Nonato** reforçou que o curso realizado em 2018 foi bastante complexo, sendo um dos temas a implementação de cidades sustentáveis, e que foi muito proveitoso para todos os participantes. O Sr. **Nelson Vieira** complementou que a essência do curso não é o Ipea que vai trazer, e que a Sudeco precisa informar qual é a sua demanda para então construir a plataforma do curso, de acordo com as nossas competências. O Sr. **Carlos Henrique** disse, como participante e um dos organizadores do curso, que é necessário encontrar uma forma de atrair o servidor, pois nessa capacitação em específico, todas as diretorias foram convidadas, mas não houve tanta adesão, e foi necessário abrir vagas para o MDR, Sudan e Sudene para que o evento tivesse quórum. Complementou que apesar dos professores serem muito qualificados, em alguns pontos não utilizaram o que estava na Lei Complementar para descrever as atribuições da Superintendência, e isso atrapalhou um pouco o andamento da capacitação. A Sra. **Thaís Brostel** complementou que ela e o então coordenador da Engenharia participaram desse curso, mas devido as demandas internas do setor não puderam se dedicar em tempo integral. Dessa forma, acredita ser muito interessante a realização dessa capacitação fora da Sudeco para que as duas atividades não se sobreponham. O Sr. **Nelson Vieira** tranquilizou-a, informando que está sendo estudado a possibilidade de realizar duas aulas no período noturno e uma sexta-feira pela manhã, e que esse curso precisa ser mais a longo prazo. A Sra. **Camila Barcelos** deu continuidade a leitura do último evento de risco relacionado ao objetivo estratégico supracitado, que seria a **incapacidade de acompanhamento de convênios celebrados**, que possui risco inerente de pontuação 20, e atualmente não possui nenhum controle existente. Foram propostos pelo Gabinete: elaboração de plano de mapeamento de processos com o apoio de consultoria especializada, e a participação de todas as diretorias. Pela DPA foi sugerido: concurso para reposição; e criação de cargos condizentes aos serviços prestados. Por fim, pela DIPGF foi proposto: promover o uso da tecnologia para aumento da eficiência e eficácia no acompanhamento de convênios; realização de novo concurso público; realocação de servidores para atuação na área finalística; e revisão do contrato de terceirização para contratação de mais colaboradores de nível superior. Dando prosseguimento a apresentação, procedeu com a leitura do evento de risco **equipe técnica insuficiente e/ou não especializada**, referente ao objetivo estratégico fomentar o acesso aos fundos, que possui risco inerente de pontuação 16. Informou que atualmente não há controles existentes, e que foi proposto pelo Gabinete: incentivar a capacitação a partir da gestão por competência (só está elegível para promoção ou Gratificação quem tiver capacitação e assumir mais responsabilidades); e manter o controle realizado pela Portaria 259, de 25 de novembro de 2019, que estabelece critérios e procedimentos para cessão de servidores. Enquanto a DIPGF propôs: promover e incentivar o treinamento contínuo dos servidores em áreas de interesse inerentes ao trabalho exercido; buscar meios para atração de servidores externos; estabelecer parcerias conjuntamente com o MDR, SUDENE e SUDAM para instituir uma especialização em desenvolvimento regional; e a realização de novo concurso público. Sem observações, procedeu com a leitura do evento de risco **falta de corpo técnico especializado**, referente ao objetivo estratégico fortalecer políticas públicas para o desenvolvimento regional, que possui risco inerente de pontuação 20, e que também não existem controles para este evento. Informou que foi sugerido pelo Gabinete: incentivar a capacitação a partir da gestão por competência (só está elegível para promoção ou Gratificação quem tiver capacitação e assumir mais responsabilidades); e elaborar chamamento para ocupar cargos especializados no tema. Já pela DPA foi proposto: concurso para reposição; criação de cargos condizentes com os serviços prestados; e capacitação continuada. Por fim, pela DIPGF foi proposto: promover e incentivar o treinamento contínuo dos servidores em áreas de interesse inerentes ao trabalho exercido; buscar meios para atração de servidores externos; estabelecer parcerias conjuntamente com o MDR, SUDENE e SUDAM para instituir uma especialização em desenvolvimento regional; e realização de novo concurso público. A Sra. **Camila Barcelos** realizou a leitura do próximo evento de risco, o qual seria a **ingerência política**, que possui risco inerente de pontuação 16, onde os controles existentes são: emissão de documentos oficiais com posicionamento técnico acerca dos temas tratados pela autarquia; processo de atualização do Regimento Interno da

Sudeco; edição do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, que estabelece os critérios a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. As sugestões de tratamento propostos pelo Gabinete e pela DIPGF foram manter os tratamentos existentes. E informou que o último evento de risco foi a **gestão inadequada**, que possui risco inerente de pontuação 15, onde os controles existentes são: existência de planejamento estratégico aprovado pela Diretoria Colegiada da Sudeco; edição do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); e existência do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) aprovado pelo Condel. E os controles propostos pela DIPGF foram: execução do Planejamento Estratégico; execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); e executar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO). Finalizou a apresentação informando que estes foram todos os eventos de riscos elencados, e que se encontram no cenário crítico da matriz de risco. O Sr. **Nelson Vieira** questionou se todos os membros estariam de acordo com os eventos mencionados, e com a exclusão daqueles que não se enquadravam no nível crítico. Sem mais a acrescentar, e com a concordância de todos, agradeceu a participação dos presentes e declarou encerrada a reunião, solicitando que o assunto seja submetido à aprovação da Diretoria Colegiada. Eu, **Camila Girão de Moraes Barcelos**, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com todos os membros do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade acima nominados. //

**Nelson Vieira Fraga Filho**  
Superintendente

**Raimundo Nonato Araújo Almeida**  
Diretor de Administração

**Renato dos Santos Lima**  
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos

**João Balestra do Carmo Filho**  
Diretor de Planejamento e Avaliação

**Camila Girão de Moraes Barcelos**  
Relatora



Documento assinado eletronicamente por **Renato dos Santos Lima, Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos**, em 06/02/2020, às 18:17, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Nonato Araújo Almeida, Diretor de Administração**, em 07/02/2020, às 12:34, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Girão de Moraes Barcelos, Coordenador (a) de Gabinete**, em 07/02/2020, às 16:03, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente**, em



07/02/2020, às 19:10, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **João Balestra do Carmo Filho, Diretor de Planejamento e Avaliação**, em 10/02/2020, às 10:45, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0176198** e o código CRC **9B260804**.